

ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

PORTUGAL NO MUNDO RENOVAR O COMPROMISSO COM A SOLIDARIEDADE GLOBAL

5 propostas para as
eleições legislativas

2025

PROPOSTAS

01.

AUMENTAR O CONTRIBUTO
PARA O COMBATE ÀS
DESIGUALDADES GLOBAIS

02.

REFORÇAR O COMPROMISSO
DE PORTUGAL COM O
COMBATE GLOBAL ÀS
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

03.

REFORÇAR A ATUAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL

04.

GARANTIR A COERÊNCIA DAS
POLÍTICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO

05.

APROVAR A ESTRATÉGIA
NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO

INTRODUÇÃO

Há um ano, a Plataforma Portuguesa das ONGD apresentou 5 propostas para responder aos desafios globais, no contexto das Eleições Legislativas de 2024, com o objetivo de reforçar o compromisso com a Cooperação para o Desenvolvimento e o multilateralismo.

Desde então, o mundo tem enfrentado transformações profundas, marcadas pelo agravamento das desigualdades sociais e económicas, e pelos efeitos cada vez mais severos das alterações climáticas, que afetam de forma desproporcionada as populações mais vulneráveis. A pressão sobre os recursos naturais, a degradação dos solos, o abandono dos territórios rurais e a sobrecarga dos centros urbanos acentuam a insegurança alimentar e comprometem a coesão territorial. Perante este cenário, torna-se ainda mais urgente uma resposta global coordenada, centrada na justiça climática e na redução das desigualdades.

Ao mesmo tempo, o crescimento do populismo e os ataques à sociedade civil, que ameaçam a democracia, bem como o questionamento do multilateralismo e das instituições internacionais – pilares fundamentais na promoção da paz, da justiça e da solidariedade global – têm dificultado a cooperação internacional e o progresso na defesa dos direitos humanos. Este questionamento dos valores da solidariedade global concretiza-se num preocupante desinvestimento na Cooperação para o Desenvolvimento, traduzido na redução dos recursos financeiros alocados, comprometendo a capacidade de resposta aos desafios globais e o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos.

Neste contexto, importa também realçar o aumento da instabilidade global, agravado não só pela proliferação de conflitos armados, mas também pelo incremento das tensões geopolíticas. Estas dinâmicas têm contribuído para um redirecionamento das prioridades políticas e financeiras de vários países europeus, assim como ao nível da própria União Europeia, com impactos visíveis nos compromissos assumidos na área da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Portugal deve manter-se fiel à sua tradição de promoção da paz, da solidariedade e da justiça global, reforçando a Cooperação para o Desenvolvimento como eixo estruturante da sua ação externa.

INTRODUÇÃO

Perante este cenário, Portugal deve reafirmar o seu papel de liderança na solidariedade global, pelo que é essencial que todos os partidos políticos renovem o seu compromisso de enfrentar esses desafios com determinação e ação.

A IV Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, que terá lugar em Julho de 2025, e que é copresidida por Portugal, representa um momento chave para que os países, incluindo Portugal, assumam compromissos concretos de financiamento e de coerência política, e que reforcem o seu contributo para a justiça global.

Acreditamos que a Cooperação para o Desenvolvimento é a resposta para soluções robustas, solidárias, coordenadas e coerentes, que tenham em conta a necessidade imperiosa de não deixar ninguém para trás. Acreditamos na importância de contribuir para a erradicação da pobreza, o combate às desigualdades e a promoção de um desenvolvimento global sustentável, tal como consagrado na missão da Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030, aprovada no final de 2022.

A Cooperação para o Desenvolvimento constitui um instrumento central da política externa dos países para responder aos desafios globais. Valorizar esta política é, também, apostar no reforço da APD, no apoio à transição justa e verde, no combate à pobreza, na construção de sistemas de saúde resilientes, na promoção da educação, da proteção social e da resposta humanitária. Além disso, é fundamental para o fortalecimento das organizações da sociedade civil, e para a construção de um sistema internacional justo.

Neste quadro, é essencial reafirmar a abordagem de Direitos Humanos como pedra angular da Cooperação para o Desenvolvimento. Esta abordagem, que reconhece a universalidade, indivisibilidade e interdependência de todos os direitos – civis, políticos, económicos, sociais, culturais e ambientais – deve orientar todas as políticas e práticas de cooperação. Mais do que uma dimensão complementar, a promoção e defesa dos Direitos Humanos deve ser assumida como princípio estruturante, assegurando que os esforços de combate à pobreza, promoção da justiça climática, construção de sistemas de saúde e educação inclusivos, e fortalecimento da sociedade civil, contribuem efetivamente para garantir os direitos e a dignidade de todas as pessoas. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento deve ser reconhecida como instrumento único e fundamental neste compromisso com os Direitos Humanos, e não apenas como resposta técnica ou financeira aos desafios globais.

INTRODUÇÃO

As eleições configuram-se como uma oportunidade estratégica para reforçar o compromisso de Portugal com o multilateralismo, a solidariedade internacional e os princípios de justiça global. Num contexto de desafios globais crescentes, é fundamental que o país continue a afirmar-se como um agente ativo na defesa dos Direitos Humanos, na promoção da paz e no fortalecimento da Cooperação para o Desenvolvimento enquanto eixo central da sua política externa. Neste sentido, todos os partidos políticos são chamados a assumir compromissos concretos que valorizem e reforcem o papel de Portugal no sistema internacional.

Perante este contexto, reformulamos as propostas construídas no âmbito das Eleições Legislativas de 2024, que se mantêm relevantes e, face ao contexto global atual, mais urgentes que nunca.

5 PROPOSTAS PARA AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2025

01

AUMENTAR O CONTRIBUTO PARA O COMBATE ÀS DESIGUALDADES GLOBAIS

Num cenário internacional marcado por crises múltiplas, agravamento das desigualdades, conflitos armados e crescentes desafios climáticos e sociais, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento continua a ser um instrumento fundamental de solidariedade e justiça global. O seu papel é decisivo no apoio a sistemas públicos de saúde, educação, proteção social e resposta humanitária, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade e instabilidade.

Portugal comprometeu-se a alocar 0,7% do seu Rendimento Nacional Bruto (RNB) à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) até 2030. Para que este objetivo se concretize, é essencial acelerar o reforço do financiamento público nesta área, com um aumento progressivo e sustentado, acompanhado por metas definidas ao longo da legislatura.

Em 2024, registou-se um aumento da APD portuguesa; no entanto, grande parte deste crescimento deveu-se ao reforço das contribuições multilaterais, enquanto a ajuda bilateral registou uma diminuição. Quando bem estruturada e alinhada com as necessidades dos países parceiros, a cooperação bilateral pode ter um impacto transformador - razão pela qual é fundamental reforçá-la. Simultaneamente, Portugal deve garantir a continuidade dos seus compromissos através da definição de um calendário de aumento da APD, sustentado num consenso político alargado.

02

REFORÇAR O COMPROMISSO DE PORTUGAL COM O COMBATE GLOBAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

As alterações climáticas continuam a aprofundar desigualdades e a comprometer o desenvolvimento sustentável, com impactos particularmente severos nas comunidades mais vulneráveis. A resposta a esta crise deve ser ambiciosa, solidária e alinhada com os compromissos internacionais assumidos.

No âmbito do Acordo de Paris, os países desenvolvidos comprometeram-se a mobilizar cerca de 92 mil milhões de euros por ano até 2030 para apoiar os países em desenvolvimento nas suas estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas. Este financiamento deve ser adicional à

APD, garantindo que os recursos alocados ao combate à pobreza não são desviados para outras prioridades.

Portugal tem dado passos relevantes, incluindo iniciativas inovadoras como a conversão de dívida em financiamento para projetos destinados à transição energética. No entanto, é fundamental assegurar maior clareza na forma como estes apoios são contabilizados, bem como reforçar os mecanismos de acompanhamento e avaliação, replicando boas práticas. A próxima legislatura deve lançar as bases para uma estratégia nacional de financiamento climático externo, com objetivos claros, critérios de transparência e um compromisso efetivo com a justiça climática e a cooperação com os países mais afetados.

03

REFORÇAR A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Num contexto global marcado pelo avanço de discursos populistas e autoritários, as organizações da sociedade civil enfrentam crescentes restrições ao seu espaço de atuação. Para além das ameaças à liberdade de expressão, de associação e de participação, assiste-se também a cortes significativos no financiamento público e privado, o que compromete gravemente a sua capacidade de ação e sustentabilidade. Esta pressão crescente enfraquece o papel fundamental que desempenham na promoção dos direitos humanos, da democracia e da justiça social.

Este cenário exige uma resposta clara por parte de Portugal, reconhecendo e reforçando o contributo das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) como parceiras estratégicas na Cooperação para o Desenvolvimento, incluindo também as diversas formas de Organizações da Sociedade Civil dos países parceiros.

Importa contribuir para garantir um ambiente favorável ao seu trabalho, promovendo o acesso a financiamento previsível, mecanismos de participação efetiva na definição de políticas públicas nacionais e no diálogo sobre políticas públicas com os países parceiros, assim como o contínuo reconhecimento do seu papel como agentes de transformação social.

A próxima legislatura deve dar prioridade ao fortalecimento institucional das ONGD e à defesa do seu espaço cívico, tanto a nível nacional como internacional, contribuindo ativamente para contrariar a crescente pressão sobre a sociedade civil no mundo.

04

GARANTIR A COERÊNCIA DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

A resposta aos desafios globais exige uma abordagem integrada e coordenada entre políticas públicas. A ausência de alinhamento entre as diferentes áreas setoriais pode comprometer o impacto da Cooperação para o Desenvolvimento, prejudicando os esforços para erradicar a pobreza, combater as desigualdades e promover a justiça global. A segurança alimentar, o comércio e as finanças, as migrações, o ambiente e a ação climática são apenas algumas das áreas em que a coerência de políticas é essencial.

Valorizar a Cooperação para o Desenvolvimento implica garantir que todas as políticas externas e internas respeitem e reforcem os compromissos internacionais assumidos por Portugal, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e equitativo. Neste sentido, é urgente retomar e reforçar a implementação da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD), enquanto princípio orientador da ação governativa.

A próxima legislatura deve constituir um marco no reforço da CPD, através da implementação plena da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2010, da definição de um Plano Nacional de Ação para a CPD e da criação de um grupo de trabalho interministerial com capacidade de articulação e monitorização efetiva das políticas setoriais à luz dos objetivos da Cooperação Portuguesa.

05

APROVAR A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Num contexto de crescente polarização, desinformação e complexidade dos desafios globais – como a emergência climática, o aumento das desigualdades ou as migrações forçadas – a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG) assume um papel central na construção de sociedades mais justas, críticas e solidárias.

A EDCG é essencial para garantir o acesso a informação credível, fomentar a reflexão crítica, e promover a mobilização cívica e o compromisso da opinião pública com a solidariedade global. É um instrumento fundamental para o reforço da democracia e da participação ativa, e deve ser valorizada como uma prioridade transversal a todas as políticas públicas.

A próxima legislatura deve garantir a aprovação da nova Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, que reflita uma visão transformadora, assegure um modelo de governação participativo e disponha de recursos adequados para a sua implementação, contribuindo assim para uma cidadania global mais consciente e comprometida com os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA